

5. A gramaticalização e suas escolhas epistemológicas

Como dissemos, a fundamentação ou a filiação epistemológica da Gramaticalização em relação aos temas da filosofia da ciência está ainda por ser desenvolvida. Podemos, porém, tecer alguns comentários nesse domínio os quais serão necessários para realizarmos o cotejo com o gerativismo que pretendemos elaborar. Nessa tarefa, é de utilidade expositiva comparar a fundamentação eventual da gramaticalização com a clareza epistemológica que o gerativismo nos oferece.

Observe-se, de início, que a Gramaticalização concebe e focaliza seu objeto empírico exatamente da maneira considerada secundária ou mesmo recusada pelo gerativismo. Tomemos a definição “clássica” de um processo de gramaticalização proposta por Kurylowicz (1965, p.52 [tradução nossa]): “Gramaticalização consiste de um aumento do alcance de um morfema que avança de lexical para gramatical ou de menos gramatical para um estatuto ainda mais gramatical, isto é, de um formante derivacional para um flexional”⁹⁷.

Pela definição, o fenômeno nomeado de gramaticalização é detectado quando as unidades da língua, que são os itens ou os mor-

97 “Grammaticalisation consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status, e.g. from a derivative formant to an inflectional one.”

femas, se inovam, semanticamente e formalmente, gerando novos produtos, ou, para usar um termo mais recente, novos *outputs*.

O foco, assim, é nos produtos da gramática, resultantes de inovações de seus constituintes, e não nos processos subjacentes de formação de arranjos sintáticos como assume o gerativismo. Ora, Chomsky é bastante claro em negar interesse científico ou mesmo recusar a possibilidade de aplicação do naturalismo metodológico tomando por base uma concepção de língua, associada ao estruturalismo, herdada, pelo menos, desde Bloomfield, que define a língua como a totalidade de enunciados que pode ser produzida por uma comunidade de fala (BLOOMFIELD, 1957 [1928]). A língua assim concebida é nomeada por ele de língua-E (Externa) (CHOMSKY, 1986)⁹⁸ e é assumida em outras tradições, das quais fazem parte, dentre outros, Quine (1972) e Millikan (1984, 2001, 2003); esta prefere a nomenclatura língua pública.

O que Chomsky recusa, sobretudo, nessa concepção, é a ideia de se poder deduzir uma gramática a partir de um conjunto de generalizações acerca da língua em uso, ou da língua-E (CHOMSKY, 1986), ou seja, como já repetido aqui, as propriedades fundamentais da gramática são determinadas *a priori*, o que, em relação ao que estamos debatendo agora, pode ser tomado como independente do uso que fazemos da linguagem. Essa posição sustenta a recusa chomskiana em destacar o papel da comunicação na determinação do que, com o tempo, ficou conhecido como princípios e operações da língua-I (Interna). Não carece documentá-la aqui devido ao seu espraçamento nos textos chomskianos.

98 “uma noção de ‘língua comum, pública’ que permanece misteriosa (...) pelo menos para qualquer forma de explanação científica” (Tradução nossa de: “*a notion of ‘common, public language’ that remains mysterious (...) unless for any form of theoretical explanation*” (CHOMSKY, 1995, p.48-9)).

Como buscamos fundamentação para a Gramaticalização, pensamos, por outro lado, que é legítimo tomar a língua-E, não como objeto de estudo, mas como objeto empírico a ser escrutinado (Cf. a nota 2). Aliás, o acesso a quaisquer propriedades da linguagem, mesmo que se queira estabelecer como funcionam suas propriedades enquanto instância internalizada, só se pode fazer a partir de suas manifestações concretas ainda que advindas da intuição linguística do pesquisador. Nesse sentido, tomar a língua-E ou a língua pública como objeto empírico não é incompatível com a tomada de posição de que os padrões sintáticos ou os princípios que os explicam não são extraídos de regularidades advindas das convenções da língua em uso. Nesse sentido, estamos de acordo com Chomsky, ou seja, não precisamos tomar gramática como uma coleção de enunciados descritivos a respeito de convenções da língua-E.

Nossa visão é compatível com o que propõe Millikan (2003), com a sua definição de língua pública, que também não necessita ser estabelecida com o sacrifício da noção de língua-I. Para a autora, no entanto, a aprendizagem de uma língua não é, meramente, aquisição de língua-I. Vejamos suas palavras: “Aprender a linguagem é essencialmente vir a conhecer várias convenções públicas e, com triviais exceções, essas convenções estão disponíveis para aprendizagem apenas porque elas dispõem de funções.”⁹⁹ (MILLIKAN, 2003, p.216 [tradução nossa]).

A autora está de acordo com Chomsky (1980b) quando ele, referindo-se a Lewis (1969), rejeita que o que é convencional na linguagem possa ser, por exemplo, fonte de inferências de regularidades de tipo sintática (MILLIKAN, 2003, p.222). Para ela, como também dissemos, convenções não podem ser confundidas com regularida-

99 “*Learning language is essentially coming to know various public conventions and, with trivial exceptions, these conventions are around to learn only because they have functions*”.

des ou padrões. A função central da faculdade de linguagem ou da língua-I, que define seus princípios de forma *a priori*, é, para ela, viabilizar ou sustentar as convenções de linguagem e a função das convenções é tornar a comunicação possível. Disporíamos, assim, de uma rede de convenções de linguagem que forma a massa que é a língua pública, a qual não é um objeto abstrato e, sim, um conjunto concreto de interações entre falantes.

O que é convencional nesse caso é uma atividade de linguagem ou um padrão de atividades de linguagem que se repetem, são reproduzidas e, conseqüentemente, disseminadas pela língua. É também amplamente constatado que o fato de que uma forma linguística convencional tenha certa função na linguagem não impede o falante de empregá-la com outro propósito. O trabalho desenvolvido a partir de Grice (1968) mostra o que acaba de ser dito de maneira bastante clara: os falantes extraem inferências, isto é, as implicaturas, lá onde há rompimento com os conteúdos convencionalizados.

Em resposta a Millikan, Chomsky (2003, p.308 [tradução nossa]) afirma que “eu não tenho problema em descrever o comportamento com base em convenções”; nem “rejeita a crença central de Millikan de que a linguagem seja tão obviamente convencional¹⁰⁰”. Para ele, no entanto, quando Millikan define convencional como um padrão de atividades de linguagem, as perguntas que podem ser colocadas são: o que constitui ‘um padrão de atividades’ e como a variedade infinita de tais padrões é determinada?¹⁰¹ (CHOMSKY, 2003, p.309 [tradução nossa]). Segundo ele, reencontramos, assim, a língua-I como objeto de investigação porque é nessa instância que se determinam as possibilidades de formação de padrões de

100 “I have no problem with describing behavior as conforming to conventions”; “I do not reject Millikan’s core belief that ‘language is so obviously conventional’”.

101 “What constitutes ‘a pattern of activities’, and how is the infinite variety of such patterns determined?”

linguagem. Ao retornar à sua questão fundamental, Chomsky mostra-nos, assim, que considera legítimas, porque, segundo ele, são as questões que se submetem à metodologia naturalista, apenas as questões que ele escolheu propor.

Do debate entre os dois autores, podemos concluir que a “subordinação” dos padrões de linguagem à língua-I é, como vimos, admitida por Millikan, mas esta autora parece querer estabelecer o conjunto de padrões de uso da língua também como um objeto teórico legítimo, contrariamente ao que pensa Chomsky que, talvez numa visão reducionista, recomenda que os fatos da língua pública ou língua-E só podem encontrar tratamento objetivo a partir das propriedades da língua-I que determina as propriedades da primeira.

A visão de Millikan é, no entanto, o que precisamos para avançar na explicitação do objeto de estudo da Gramaticalização. Questões, no entanto, surgem de forma espontânea:

- (18) Qual a natureza ontológica, o que recoloca o debate sobre o realismo, dessa entidade chamada de língua pública?
- (19) Quais são as propriedades da língua pública que nos são pertinentes na explicitação do nosso objeto de estudo?

Abrir a discussão sobre o estatuto ontológico da noção de língua pública implica considerar que língua pública não é uma “coisa” do mundo; trata-se de uma rede articulada de usos, convencionalizados, disponível, em princípio, para a interação linguística entre os falantes. Assumimos, assim, a reflexão contemporânea que reluta em classificar como “reais” os objetos e os construtos teóricos da ciência, limitando-nos a atestar ou não sua adequação empírica. Essa postura, como vimos na primeira parte deste texto, é adotada, com alguma variação, pelos autores que se ocuparam do tema, o que teve importante contribuição de Chomsky ao duvidar da possi-

bilidade de definição explícita do que é o material ou o físico. Como também discutimos, quando, no gerativismo, se identifica uma instância mental, trata-se tão somente de uma “área” do mundo a ser investigada, o que funciona, na verdade, como se fosse um axioma na definição do programa de pesquisa gerativista.

Decidir sobre a viabilidade de abordagem naturalista sobre a língua pública depende de qual noção de naturalismo se adote. Não se trata, como acabamos de explanar a respeito da pergunta (18), de adotar uma versão de naturalismo ontológico ou metafísico que tomaria a língua pública como um objeto físico do mundo, mas parece-nos possível que os fenômenos que compõem a língua pública podem receber um tratamento por meio do naturalismo metodológico, como o adotado por Chomsky. Como vimos, trata-se de cumprir os critérios de objetividade que são usuais nas Ciências da Natureza. Ilustramo-los com os cinco critérios propostos por Feigl (1956), repetidos a seguir, por conveniência: 1. Testabilidade intersubjetiva; 2. Confiabilidade, ou um grau suficiente de confirmação; 3. Definitude e precisão; 4. Coerência e estruturação sistemática; 5. Abrangência ou âmbito do conhecimento. A obediência a esses critérios está ao alcance dos construtos teóricos que interrogam a língua pública e podem compor um conjunto de critérios que atestam a objetividade de um programa de pesquisa que a tome como objeto empírico.

Esclarecemos, assim, que o fato de um objeto de estudo, como o que estamos buscando estabelecer, não corresponder a uma “área” do mundo que possamos correlacionar com uma entidade, ainda que futura, de um dos ramos da Física, da Biologia ou da Química, não invalida atribuir a esse objeto o estatuto de objeto científico legítimo.

É preciso, no entanto, que desenvolvamos um pouco mais que “coisa” é essa chamada língua pública. Como dissemos, independentemente do que se quer estudar, todos partimos da observação

dos produtos ou dos *outputs* da linguagem. Como se sabe, podemos recolhê-los por meio de vários recursos metodológicos, constituir corpora das línguas em seu estágio atual, ou, de forma mais limitada, de seus estágios pretéritos. Como é também notório, a Sociolinguística Interacional, de Gumperz (1982a) e a teoria da Variação e Mudança de Labov (1972a) e colaboradores são exemplos de perspectivas teóricas que focalizaram a língua pública, buscando extrair generalizações que expliquem suas propriedades.

Gumperz (1982a, p.7), um pouco mais especificamente, busca “uma teoria geral sobre a comunicação verbal que integre o que sabemos sobre gramática, convenções interativas e culturais num único quadro teórico de conceitos e procedimentos analíticos.”¹⁰²

O autor visa, com isso, a dar um tratamento empírico à constatação de Millikan de que a língua é inerentemente convencional. Um dos seus temas é, por exemplo, como a identidade social e a etnicidade são, em grande parte, estabelecidas e sustentadas por meio da linguagem (GUMPERZ, 1982b). Para isso, ele observa interações verbais de vários tipos, isto é, entrevistas, debates públicos, negociações variadas etc., entre falantes de diferentes horizontes sociais e étnicos, buscando analisar suas escolhas inconscientes, do ponto de vista de formas linguísticas e estratégias retóricas, que são advindas das categorias sociais selecionadas. Um de seus pressupostos é que as condições pragmáticas envolvidas na comunicação são universais enquanto as práticas de linguagem específicas são culturalmente variáveis.

Esses estudos têm conseguido deslocar a pesquisa linguística numa direção que tem grande relevância para os trabalhos que lidam com a comunicação dialógica, sendo ainda pertinentes para

102 “a general theory of verbal communication which integrates what we know about grammar, culture and interactive conventions into a single overall framework of concepts and analytic procedures”.

compreendermos quais são as propriedades discursivas que interferem na interpretação e na inferência das intenções e das motivações dos sujeitos envolvidos. Assim, como o próprio Gumperz (1982b, p.18 [tradução nossa]) se expressa, levar em conta a intencionalidade envolvida numa conversação torna-se fundamental na análise da comunicação verbal: “A noção de intenção é crucial e tem nos conduzido muito além das antigas, e puramente abstratas, propriedades estruturais da linguagem, permitindo-nos mostrar como as pessoas se baseiam em conhecimento social ao se interagirem linguisticamente”¹⁰³.

Como se vê, para Gumperz, não podemos nos abster de levar em consideração a análise das intenções subjacentes a uma interação verbal, que, como discutimos na seção precedente, tem um papel determinante na definição do objeto de estudo da teoria da Gramaticalização, cuja formulação repetimos, a seguir, por comodidade:

- (20) As propriedades inerentes da interação linguística numa comunidade de fala devem ser tomadas como responsáveis pelas propriedades dos processos de gramaticalização e constituem-se como o objeto de estudo da teoria da Gramaticalização.¹⁰⁴

103 “The notion of intent is crucial and has carried us far beyond the older, purely abstract, structural approaches to language, to enable us to show how people build upon social knowledge in interaction”.

104 Como se sabe, a noção de comunidade de fala envolve muitos aspectos, sabendo-se hoje em dia que vai além do simples compartilhar de um dialeto por uma comunidade espacialmente determinada. Envolve também o compartilhamento de valores culturais, normas que definem alguma padronização do uso da língua, aspectos sociais diversos que incluem, por exemplo, a atitude perante a própria língua (MORGAN, 2009).

A determinação das propriedades inerentes da interação linguística, que, como mostraremos, na seção 8, quando formos discutir a evolução da negação em português e outras línguas, tem um papel central na determinação das propriedades dos processos de gramaticalização, depende, como também prevê Gumperz, da análise da contribuição da intencionalidade.

Deparamo-nos, nesse momento, com um tema fundamental, cuja abordagem é plena de consequências tanto teóricas quanto empíricas: o papel da intencionalidade e seu lugar na teoria linguística. Como também discutiremos, a análise da intencionalidade e de seus efeitos numa interação linguística implica uma tomada de posição teórica acerca de noções igualmente complexas que são a da subjetividade e da constituição psíquica do sujeito. Os autores que lidam com a noção de Gramaticalização utilizam-se do termo subjetificação, que vem de par com a noção de intersubjetificação (STEIN e WRIGHT, 1995; TRAUGOTT e DASHER, 2005; DAVIDSE *et alii*, 2010).

Vamos manter nossa metodologia de exposição, que busca explicitar pontos cruciais para a definição da teoria da gramaticalização por meio do contraste com o que é proposto por Chomsky e pelo gerativismo: como já comentado, o nosso autor rejeita, por razão de coerência de seu programa de pesquisa, a possibilidade de a intencionalidade poder receber um tratamento naturalista. Essa posição aparece em várias obras e, em especial, no trecho seguinte no qual ele nos fala a respeito dos limites da investigação da linguagem como um “natural object” (objeto natural): “eu acredito que os problemas gerais que a intencionalidade coloca, incluindo aqueles a respeito do uso da linguagem, não podem plausivelmente ser objeto da investigação naturalista”¹⁰⁵ (CHOMSKY, 2000, p.132).

105 “general issues of intentionality, including those of language use, cannot reasonably be assumed to fall within naturalistic inquiry, I believe.”

A posição chomskiana, como dissemos, é coerente com seu programa de pesquisa na medida em que foca as propriedades da língua-I, que são determinadas de forma independente do uso da língua, e a recusa de tomar intencionalidade como objeto científico se justifica porque implicaria um tratamento da relação entre expressões linguísticas e entidades extralinguísticas, ou seja, a análise da referenciação, o que, para ele, como já também mostramos, estaria fora do escopo da abordagem naturalista.

A possibilidade ou não de tomarmos a intencionalidade como objeto científico depende, na verdade, de como concebemos a abordagem naturalista. Como já dissemos, não se trata de, pelo menos como condição necessária, associar intencionalidade como um “objeto natural”, ou seja, não se trata de naturalismo como identificação de uma “entidade” isolada por um dos ramos das Ciências da Natureza. A discussão é se há a possibilidade ou não de um tratamento objetivo, com o recurso de comprovação empírica, para a noção de intencionalidade, o que caracterizaria a aplicação da abordagem do naturalismo metodológico.

Como discutiremos adiante, quando Chomsky, ao recusar o tratamento naturalista para fenômenos que envolvam a intencionalidade, usa o termo “objeto natural”, dá-nos a impressão de que, com esse termo, ele se refere à possibilidade de o embasamento do naturalismo depender da identificação de uma “entidade” ou de propriedades isoladas nas Ciências da Natureza, em particular, como sabemos, na Biologia e em suas ramificações. Parece haver elementos para afirmar que o naturalismo chomskiano pode, muitas vezes, ser entendido, de maneira ambígua, considerando-se a interpretação metodológica e a interpretação ontológica. Rediscutiremos esse ponto na seção 9.1 e tentaremos mostrar, que, além de funcionar, como dissemos, como um lastro epistêmico, parece que a correlação com um “objeto natural” passou a ter, como já mostra-

mos, um papel ainda mais relevante, o que é mais claro na discussão sobre a fundamentação da biolinguística (BERWICK e CHOMSKY, 2017; CHOMSKY *et alii*, 2019; VITRAL, 2016a).

A questão do tratamento naturalista da intencionalidade é discutida, dentre outros, por Quine (1960), Millikan (1984) e Jacob (2004). Como é sabido, a intencionalidade é tida como a marca do mental, como propõe Brentano (1995 [1874]), que tendia a considerar sua tese como incompatível com uma ontologia monista fisicalista, pendendo, assim, para um dualismo ontológico de tipo cartesiano (JAKOB, 2004). O ponto, então, é que os conteúdos intencionais fazem referência a um tipo de fenômeno que não parece poder ser reduzidos a propriedades físicas. Como vimos, diante desse dilema, a postura de Chomsky, embasado, provavelmente, em um monismo fisicalista subjacente, é de renúncia a uma hipotética ciência dos fenômenos intencionais, que não poderia figurar em explicações causais nos moldes científicos. Chomsky está, assim, de acordo com Quine, quando este, segundo Jakob (2004, p.159), afirma que “o idioma intencional é útil na vida de todos os dias, mas é desprovido de qualquer valor explicativo”¹⁰⁶ e não pode pertencer à “notação austera e canônica da ciência.”¹⁰⁷ (QUINE, 1960, p.151 [tradução nossa]).¹⁰⁸

Como entender a intencionalidade que nos interessa? Consideraremos que a interação verbal implica que o ouvinte elabora, constantemente, inferências acerca das intenções e das ações do

106 “*L’idiome intentionnel est utile dans la vie de tous les jours, mais il est dépourvu de toute valeur explicative*”.

107 “*austere canonical notation for science*”.

108 Há tentativas, no entanto, de naturalizar a intencionalidade, no sentido de converter a noção em “um objeto natural. Dentre essas tentativas, consultem-se os trabalhos de Dretske (1981) e de Millikan (1984).

falante, o que ele deseja obter, suas crenças, seus receios etc., ou seja, a interação verbal inclui, como se sabe, conteúdos que estão além da simples função fática, informativa. Para Brentano (1995 [1874]), a substância dessas suposições é psíquica, ou seja, a formulação de uma intenção estabelece uma representação mental. Talvez não seja necessário ser dualista como Brentano caso adotemos uma versão do monismo anômalo de Davidson (1970), para quem, como vimos, todo evento mental é idêntico a um evento físico, mas que o que é mental ou psíquico não se reduz a entidades físicas ou não se pode descrever todo evento por meio de conceitos puramente físicos. Para ele, assim, as intenções podem ser causas e provocar efeitos físicos, porque todo evento é um evento físico, mas, quando um evento é concebido como uma intenção, ele deve ser descrito por meio de um conceito mental e não de um conceito físico. Em outras palavras, não é possível estabelecer leis psicofísicas que associem os dois domínios, embora haja certa “subordinação” ou superveniência do mental ao físico. Veremos, na seção 9.2, ao cotejarmos a teoria da Gramaticalização e a Teoria Gerativa como aplicar uma versão da noção de superveniência de Davidson em relação aos nossos resultados.

Os falantes são, assim, livres no que concerne à formulação de suas intenções, que não são causalmente associadas a eventos físicos, e essa capacidade de “intencionalizar” e sua natureza livre, o celebrado livre-arbítrio, que não são encontradas no mundo físico, é inerentemente o que nos define como seres humanos. Reencontramos nesse ponto a visão de Dilthey sobre o estatuto do ser humano, visão a qual o permitiu propor o dualismo comentado na ciência. Outra das implicações dessa nossa capacidade é, como já adiantado, a formação de uma interioridade em cada ser humano de onde parte sua habilidade de formular e inferir intenções, isto é, cada um de nós dispõe de uma subjetividade, noção que encontra

em Benveniste (1976 [1966]) uma conceituação clássica. Voltaremos a esse tema.

Da noção de língua pública, extraímos, assim, que são as propriedades da interação linguística que deverão ser exploradas com vistas à explicitação do objeto de estudo da Gramaticalização. Acabamos por admitir que é a dinâmica da inferenciação das intenções numa troca linguística que terá, como veremos, um papel causal no que concerne às propriedades dos processos de Gramaticalização listados em (8). Em Vitral (2012, 2015), desenvolvemos um tratamento para essas propriedades, com realce nas propriedades do “mecanismo” subjacente à inovação linguística, tomando por base as noções de subjetificação/intersubjetificação (STEIN e WRIGHT, 1995; TRAUGOTT e DASHER, 2005; DAVIDSE *et alii*, 2010) e de luta por reconhecimento (HONETH, 2003). Retomaremos alguns pontos dessas análises para mostrar que as propriedades inerentes da interação linguística podem ser deduzidas, enfim, do encontro de duas subjetividades, o que reenvia o problema do nosso objeto de estudo às propriedades da nossa subjetividade no que concerne, particularmente, ao papel da interação com outros seres humanos em sua determinação. Discutiremos que precisamos de uma teoria psicológica, ou da constituição do sujeito psíquico, para tratar desse tema e definir qual estatuto epistemológico, em relação aos temas discutidos aqui, teria essa teoria psicológica. Mas insistimos que, ao definir o nosso objeto de estudo, temos de levar em consideração o poder causal das propriedades da interação linguística, com o destaque dado ao papel da intencionalidade em relação aos fenômenos que detectamos; nesse sentido, tentar reduzi-los ou não a uma base biofísica é inútil em relação à natureza do tipo de fenômeno que queremos descrever e explicar; essa eventual base biofísica tampouco é relevante, do ponto de vista nomológico, no que concerne à determinação das propriedades da gramaticalização.

É com base na análise do fenômeno da negação à luz da teoria da Gramaticalização, contrastando-a com a análise do mesmo fenômeno sob a ótica da Teoria Gerativa, que pretendemos justificar, empiricamente, o que estamos propondo e desenvolver nossas respostas para as questões (1-3) que orientam este texto.

REVISÃO

Bruna Toso

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vitral, Lorenzo

Gramaticalização e gramática gerativa [livro eletrônico] :
fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade
/ Lorenzo Vitral. – Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos
estudos em linguística)
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-04-9

1. Epistemologia 2. Gramática gerativa 3. Gramaticalização
4. Linguística 5. Pragmática I. Título. II. Série.

21-81227

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990049